Um Paraíso Perdido: A Amazônia de Euclides da Cunha[1]

Emily Monteiro COSTA[2]
Maurício Elias ZOUEIN[3]
Universidade Federal de Roraima, RR

RESUMO: Propomo-nos, neste artigo, a evidenciar o início do jornalismo científico e o processo civilizador vivenciado na Amazônia por meio dos textos de Euclydes da Cunha publicados no livro "À marjem da história" [4], resultado de suas refinadas observações quanto aos aspectos físicos, humanos e culturais. As produções euclidianas mostram o universo do choque, da intercessão forçada de culturas até então antagônicas relacionadas à selva brasileira no começo do século XX, mostram claramente o processo civilizador desencadeado na Amazônia, o olhar etnocêntrico dispensado às comunidades indígenas, e as missões. O resultado é um relatório literário combinado com o jornalismo científico que documenta e salvaguarda aspectos não revelados em outras obras produzidas na mesma época e no mesmo local, tornando o livro um documento indispensável para o estudo da história da Amazônia.

PALAVRAS CHAVE: Amazônia; Ciência; Euclydes da Cunha; jornalismo científico; processo civilizador.

Jornalismo Científico

Gênero jornalístico que começou a ser praticado na Europa a partir do século XVII, o jornalismo científico tem como principal fonte a produção científica. E como característica a difusão de notícias relacionadas às inovações tecnológicas, sobretudo, relacionadas à Ciência

---

[1] Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Estudante do 2º. Semestre do Curso de comunicação social com habilitação em Jornalismo. Aluna pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Semiótica na Amazônia (NUPS/UFRR). E-mail: emilymonteirocosta@gmail.com

[3] Orientador do trabalho. Professor efetivo do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Coordenador no Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS/UFRR). Líder do Grupo de Pesquisa em Linguagem, Cultura e Tecnologia (LCT/NUPS/UFRR). E-mail: mauriciozouein@gmail.com

[4] Ortografia utilizada na época do lançamento do livro.

e que atendam às necessidades e interesses da sociedade. Preserva-se, nesse segmento do jornalismo, o caráter acessível e descomplicado do linguajar do receptor da informação.

A difusão científica, conforme Bueno, (1984, *apud* ZAMBONI, 2001 p. 46) possui três especificações: disseminação, divulgação e o próprio jornalismo científico. De maneira simplificada, a disseminação da ciência tem como público alvo cientistas. A divulgação, em contrapartida, é direcionada para o público em geral. E, por fim, o jornalismo científico que engloba os outros dois e ao mesmo tempo possui maior profundidade, pois exige, além dessas, as técnicas jornalísticas.

Para que consiga exercer a função de mediador entre a ciência e a sociedade, o jornalista deve exercitar sua prática a partir de uma nova perspectiva, "Isso supõe tratar o jornalismo como se fosse uma ciência, incorporando o método científico, a objetividade científica e os ideais científicos no processo completo da comunicação de massas" (MEYER, 1993, *apud* LIMA, 2000, p.47).

É imprescindível que as inovações abordadas pelo produto jornalístico sejam de fonte segura e previamente estudada. Caso contrário, corre o risco de se divulgar conteúdos não embasados, ou em casos mais sérios, o absoluto desacerto de se priorizar a chamada pseudociência[5], tais como a astrologia ou a hipnose, ao invés da Ciência. O que, conforme Carl Sagan (*apud* LIMA, 2000, p.28), pode ser combatido pela difusão da ciência juntamente com os métodos e evoluções da própria.

Esse segmento do jornalismo tem o dever de trazer ao conhecimento público conteúdos de interesse da comunidade, fazendo com que as informações normalmente alienadas das massas e restritas ao universo acadêmico, sejam levadas ao meio popular. Criando, dessa maneira, uma cultura cada vez mais propícia à difusão e consumidora de conhecimentos:

> (...) à divulgação, a tarefa maior de exercer a partilha social do saber, levando ao homem comum o conhecimento do qual ele historicamente foi apartado e do qual foi mantendo-se cada vez mais distanciado, à medida que as ciências se desenvolviam e mais se especializavam. (ZAMBONI, 2001, p.49)

Na citação anterior podemos perceber a importância na democratização da informação, uma vez que a maior parte do valor monetário investido em instituições de pesquisa e em pesquisadores provém dos cofres públicos, o que por si só implica a necessidade e obrigatoriedade de transparência, pois o cidadão comum que está apartado do

[5]Ciência forjada, normalmente produzida para fundamentar teorias incoerentes.

universo científico tem instituído o direito legal de ser informado acerca de como sua contribuição, dada através dos tributos, está sendo aplicada em melhorias que beneficiarão a coletividade.

O jornalismo científico é, sem desconfiança alguma, uma indispensável ferramenta da contemporaneidade, pois se estabelece como uma nobre ação conjunta entre o cientista, o mediador da informação e o leitor. Todos esses acabam beneficiados pela prática, o jornalista por atuar numa área em estado de crescimento, o cientista por ter suas pesquisas e descobertas inseridas no cotidiano de um grande número de pessoas, e por fim, o leitor, que passa a ter acesso a inúmeros âmbitos do conhecimento científico.

Após a compreensão dos conceitos básicos de tal vertente jornalística, é mister ressaltar que esse não está restrito à pratica da divulgação meramente relacionada às ciências exatas. Muito ao contrário disto, o jornalismo científico pode e deve ser associado a outras temáticas, não havendo qualquer risco de deturpação da sua função disseminadora de conhecimentos. Na própria história brasileira há o caso do pioneiro do jornalismo científico no Brasil, o escritor Euclydes da Cunha que na obra literária Os Sertões, um marco na disseminação de ciência, narra, minuciosamente, a revolta ocorrida em Canudos no final do século XVIII no período compreendido do Brasil República.

EUCLYDESDA CUNHA: LITERATURA E JORNALISMO CIENTÍFICO.

Euclydes da Cunha, escritor, professor, sociólogo, engenheiro e jornalista, produziu, dentre outras, duas grandes obras literárias, “Os Sertões” e “À marjem da história”. Livros que tratam de assuntos diversos, mas que possuem semelhança nos copiosos valores refletidos pelo fato de que, mesmo decorrido um século após as publicações, ambos reverberam como documentos de salvaguarda da história nacional, e, concomitantemente, disseminadores de conhecimentos científicos.

A obra “Os Sertões”, publicada no começo do século XX, foi fruto do trabalho profissional de Euclydes. Pois a serviço do jornal O Estado de São Paulo, foi enviado como correspondente para a Bahia, onde deveria cobrir os eventos desencadeados durante a Revolta de Canudos, um movimento de teor social organizado por Antônio Conselheiro. Quando retorna ao Rio de Janeiro, compila os textos que escreveu e reúne-os de maneira segmentada e com subtítulos de acordo com o assunto do qual se tratava, o resultado foi um compêndio fragmentado em três partes que descrevem desde o cenário físico do sertão, aos jagunços e às expedições que o governo liderou na busca pela tomada do poder das mãos dos revoltosos.

Alguns anos após sua incursão pela Bahia durante a guerra de Canudos, Euclydes da Cunha, ao contrário de muitos escritores da época, que produziam e em seguida se lançavam a viagens pelas cidades europeias, mostrava-se desejoso por conhecer seu próprio país, aventurar-se por terras desconhecidas e conhecer as mais diferentes culturas nacionais. Foi então que a misteriosa selva amazônica, tão explorada e definida nos escritos de Humboldt (1769- 1859) Emilio Goeldi (1859-1917), Alfred Russel Wallace (1823-1913), Henry Bates (1825-1892), John Mawe (1764-1829), e tantos outros que se aventuraram a conhecer e discorrer sobre a paradisíaca região, despertou-lhe total interesse.

Pouco depois, Euclydes, devido às amizades e contatos profissionais, conquista o posto de chefe da equipe brasileira da “Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus” [6] sendo nomeado pelo ministro das relações exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912),o prestigiado Barão do Rio Branco.

O objetivo da missão, a serviço do Itamaraty, era o de reconhecer o território alto Purus, isto porque tal área começava a ser requerida pelo Peru. De imediato, o governo brasileiro, que há pouco tempo havia assinado o Tratado de Petrópolis[7], achou por bem proteger-se de outro conflito territorial que devastaria ainda mais a economia do país.

É em dezembro de 1904 que a excursão científica, a serviço do Itamaraty, inicia-se. Curioso, enfastiado, impressionado, assim Euclydes se autodescreve durante todos os doze meses de viagem: “A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão” (CUNHA, 2000, p. 116)

Intrépido desbravador, penetra numa Amazônia onde o homem, apesar das incansáveis tentativas de dominação da natureza pura e selvagem, é infimamente pequeno e frágil. Euclydes, talvez pelo ofício de jornalista, vê com absoluta clareza a parcela minúscula que o homem representa em meio ao inferno verde[8], apresenta um retrato da Amazônia distanciado de conceitos fantasiosos e justamente por isso, um documento que flerta do começo ao fim com o cientificismo. Além disso, testemunha o avanço do progresso, e suas conseqüentes mazelas, presenciando o sofrimento contínuo dos migrantes nordestinos,

[6] A Comissão mista brasileiro-peruana foi uma equipe encarregada de reconhecer o território do Alto Purus, que devido à localização fronteiriça, começava a ser disputado por Brasil e Peru.

[7]Tratado assinado pelos governos Brasileiro e Boliviano que marcou fim do conflito litigioso entre esses países pela região do atual Estado do Acre.

[8] A Amazônia era assim chamada pelos colonizadores, pois além de excessivamente quente, apresentava grandes perigos para os exploradores.

soldados da borracha, além de vivenciar as tentativas sucessivas de civilização do índio da Amazônia brasileira.

Alguns anos após o retorno da selva, publica no livro “À marjem da história”, as amadurecidas ponderações desenvolvidas sob a ótica peculiar e crítica de um observador letrado, conhecedor e divulgador de ciência. A obra reverbera como produto do jornalismo científico, documento de salvaguarda do processo civilizatório vivenciado e desencadeado na Amazônia do começo do século XX, e objeto de análise deste trabalho a partir do conceito de processo civilizador teorizado pelo sociólogo alemão Norbert Elias.

O PROCESSO CIVILIZADOR

Civilizado, civilizador, civilização, civilizável, são muitos os termos que convergem a um conceito extremamente cristalizado por preceitos e envolto por uma horda de preconceitos. Extremamente positivista, socialmente darwinista[9] e demasiado retrógrado, o termo “civilizar” é o verbo que define o ato de tornar-se cortês, bem educado, civil, de converter-se em estado de civilização. Na perspectiva de Nobert Elias (1990) a civilização minimiza as diferenças entre os povos e os torna mínimos, diluídos entre igualdades, no mais das vezes, impostas pelo dominante:

> Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem- deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas. (ELIAS, 1990, p. 25)

Percebe-se, através da passagem, que muito antes de o termo globalização ser cunhado, já havia a preocupação com uma intercessão excessiva entre distintos povos, o que findaria por tornar tão mínimas as diferenças entre diversas sociedades que, ao final do processo de colonização, seriam todas muito parecidas as que as colonizaram.

Ainda segundo ELIAS(1990), podemos atribuir a disseminação do conceito de civilizado a Erasmo de Rotterdam(1466 -1536) que publicou em 1530 o livro “De civilitate morum puerilium” ou, na tradução para o português, “Da civilidade em crianças”, obra na

[9] Teoria positivista que compara a teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882) às sociedades. As bem sucedidas seriam aqueles que se encontram no topo do estágio evolutivo, logo representariam o homo sapiens, e as menos abastadas seriam aquelas primitivas formas de vida, como o australopithecus ou o homo habilis.

qual difundiu os modos de educação que as crianças devem aprender para que sejam consideradas civilizadas. Essa obra de Rotterdam permaneceu como um marco na significação da concepção que até hoje circunda o verbo civilizar e seus variantes, pois apontou e classificou o que hoje conhecemos como educação, modos, ou finura e delicadeza, o que engloba desde a postura que deve ser adotada à mesa, à forma de gesticular quando se falaou até mesmo à maneira de dirigir o olhar a outrem:

> (...) O olhar esbugalhado é sinal de estupidez, o olhar fixo sinal de inércia; o olhar dos que tem inclinação para a ira é cortante demais; é vivo e eloqüente o dos impudicos; se seu olhar demonstra uma mente plácida e afabilidade respeitosa, isto é o melhor. Não é por acaso que os antigos dizem: os olhos são o espelho da alma". (ROTTERDAM, 1530 *apud* ELIAS, 1990 p. 69)

Na citação anterior, observamos a ótica pela qual Erasmo encara a postura de seus contemporâneos, a forma como os julgava de acordo com os modos que aqueles adotavam. O homem que mantém uma postura diversa da adotada pela nobreza, e pelos ditos bem educados, é tido como um brutamonte munido de capacidade mental reduzida. Consolida-se com a obra de Erasmo de Rotterdam um manual de postura, que foi reproduzido e imitado durante todos os séculos posteriores, e é até hoje estabelecido e incutido nas sociedades ocidentais como modelo, mesmo que de maneira involuntária, para os livros do século XXI que trazem regras de etiqueta.

O que caracteriza em grande parte o processo civilizador é a visão essencialmente etnocêntrica[10] de que o grupo alheio à nossa sociedade é demasiado atrasado e selvagem, e é desse sentimento de superioridade, muitas vezes incutido inconscientemente no indivíduo colonizador, que florescem as tentativas de se educar e polir outras sociedades.

> A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante. (LARAIA, 2001, p. 46)

O "comportamento desviante" pode ser dito como todo aquele que difere do comportamento daquele grupo que observa. O colonizador, sempre creditado como o mais avançado e desenvolvido, é o mais forte, já o colonizado, além de ter os conceitos de obsoleto, antiquado e selvagem atribuído a seus modos, educação e cultura como um todo,

[10] Etnocentrismo é a percepção das sociedades a partir da nossa própria, ou seja, as outras sociedades são encaradas e comparadas com base nos nossos valores e costumes.

tem apontado sobre si os adjetivos que convergem sempre às representações de "fraco" e "inferior". Quanto a isso, Everardo Rocha aduz, "De qualquer forma a sociedade do 'eu' é a melhor, a superior. É representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do outro é atrasada." (ROCHA, 1984, p. 9).

Na Amazônia o processo de dominação e civilização do nativo iniciou-se em janeiro de 1542 (SOUZA, 2001) quando houve o primeiro contato entre índios e expedicionários espanhóis encabeçados por Orellana:

> Os índios portavam armas e não pareciam amigáveis, mas os espanhóis atacaram com tanta ferocidade, que os índios fugiram e a aldeia foi tomada em questão de minutos. [...] Quando os índios voltaram, no final da tarde, Orellana demonstrou seu talento para idiomas e, usando uma língua que ele tinha aprendido com índios do rio Coca, conseguiu que lhe indicassem o chefe. Quando este se apresentou, Orellana deu-lhe um abraço e presentes, conquistando sua confiança. (SOUZA, 2001, p. 34)

Neste momento de encontro muito peculiar entre dois povos completamente diferentes quanto às culturas, houve o primeiro exemplo na Amazônia brasileira de como o civilizador impôs-se sobre o nativo, além de esclarecer a visão etnocêntrica que moveu grande parte do contato entre tais culturas. Além disso, iniciou-se com este acontecimento, um dos mais intensos processos civilizadores vividos no Brasil que culminou com a civilização, se não em completa escala, absolutamente plena e transfiguradora da cultura até então pura dos nativos brasileiros.

ANÁLISE DA OBRA

Para a construção deste artigo, escolheu-se analisar trechos do livro "À marjem da história" de Euclydes na Amazônia, pois é fato que, além de documento jornalístico disseminador de ciência, essa obra permaneceu como um registro histórico do processo civilizador vivenciado na Amazônia do começo do século XX.

A cargo de exemplo da pratica do jornalismo científico contido na obra euclidiana, tem-se exposto já nas primeiras páginas, um retrato fidelíssimo do rio Purus, mas ao invés de uma simples descrição estritamente literária e poética mesmo uma definição excessivamente técnica, temos um texto jornalístico e, concomitantemente, literário:

> Realmente, o Purus, um dos mais tortuosos cursos d'água que se registram, é também dos que mais variam de leito. Divaga, consoante o dizer dos modernos

> geógrafos. A própria velocidade diminuta, que adquiriu e vai crescendo sempre até o quase rebalçamento, nas cercanias da foz, aliada à inconsistência dos terrenos aluvianos, formados por ele mesmo com os materiais conduzidos das nascentes, determina-lhe este caráter volúvel. Às suas águas, derivando em correntezas fracas, falta a quantidade de movimento necessária às distorções intorcíveis. O mínimo obstáculo desloca-as. Um tronco de samaúma que tombe de uma das margens, abarreirando-se ligeiramente, desvia o empuxo da massa líquida contra a outra, onde de pronto se exercita, menos virtude da força viva da corrente que da incoerência das terras, intensíssima erosão de efeitos precipitados. (CUNHA, 2000, p. 137)

Esse trecho traduz de forma científica a percepção da Amazônia na qual Euclydes viveu no começo do século. O rio, o centro dessa aprofundada análise científica, é representado com tanta vivacidade que chega ao ponto de ter atribuído sobre si, elementos gramaticais como o verbo “divaga”, o que lhe dá um caráter dinâmico e humanizado.

Além das definições acima citadas, acerca do mesmo trecho reproduzido, percebe-se a presença de elementos típicos da prática do jornalismo científico. Há a disposição de uma série de elementos embutidos, por exemplo, nas orações, “um dos mais tortuosos cursos d’água que se registram, é também dos que mais variam de leito”, que traduzem conceitos técnicos sobre como o Purus possui como peculiaridade o volúvel curso, isto porque, como visto um pouco à frente é dito, “O mínimo obstáculo desloca-as. Um tronco de samaúma que tombe de uma das margens, abarreirando-se ligeiramente, desvia o empuxo da massa líquida contra a outra”. Apenas em um trecho das observações euclidianas sobre o rio, é possível se criar uma imagem completa, e ainda adornada por elementos complexos tais como a volatilidade do leito, na qual está incluída, também, a explicação para a tortuosidade do rio.

Há, contudo, a forte presença de um linguajar um tanto quanto arcaico para as produções contemporâneas, justifica-se, para tanto, que o linguajar aplicado por Euclydes da Cunha é característico do utilizado por um instruído escritor do século XX, ou seja, muitas das palavras empregadas já são incomuns no vocabulário corrente nos dias atuais. Destarte, há pouco prejuízo na compreensão dos termos utilizados, o quê, aliado à cientificidade do trabalho, caracteriza e confirma a prática do jornalismo científico.

Já em viagem e a caminho do Amazonas, Euclydes aporta na cidade de Belém e se mostra impressionado com a moderna e europeizada capital do Pará na carta que escreve ao amigo, Domício da Gama.

> Não se imagina no resto do Brasil o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem. Na volta, hei de demorar-me ali alguns dias. (CUNHA, 2000, p. 369)

A Belém do princípio do século XX é uma cidade dirigida pelas elites civilizadas, e estas, por sua vez, tanto compostas quanto vítimas da maciça presença norte-americana e europeia que incitava à civilização de toda a gente amazônica. "Percebemos em seus textos a imagem de que a região e seus habitantes poderiam ser considerados como cenário e atores onde o processo civilizador era acolhido de forma desregrada" (ZOUEIN, 2012, p. 3)

Há, na obra supracitada, uma série de outros aspectos aos quais o autor se dispõe a dissertar. São fatores relacionados à *Belle Époque*[11]amazônica, ao *boom* da borracha que abrangeu o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (SOUZA, 2001). Consistiu, basicamente, na exploração excessiva da *hevea brasiliensis*, a seringueira, e nos altos lucros conquistados com a exportação da borracha aplicados nas capitais da região amazônica, especialmente nos estados do Pará e Amazonas.

A *Belle Époque* alterou demasiadamente a vida nas capitais da borracha, trouxe a energia elétrica e água encanada, até então raras no país. Ocorre o advento de uma nova economia completamente voltada à exploração e à exportação de apenas um produto central. Nasce com a riqueza, além de uma colonização plena, transfiguradora, uma irremediável carência. Surge a miserável classe que compõe a mão-de-obra barata e, sobretudo, controlável.

> Acoplado à borracha, o capital mercantil e o capital industrial exerceram seu poder devastador, ajudaram a mudar as mentalidades, destruíram culturas, forçaram o homem a encarar-se e a tomar consciência. Na dança frenética da modernidade, escravizam-se homens, fortunas crescem com a mesma rapidez com que desaparecem tangidas pelas ações das indústrias da borracha. Da manufatura dos bicos das mamadeiras aos pneus dos aviões durante a guerra, a borracha se faz presente e desvenda a intrincada burocracia na distribuição das cotas e a correlação de forças entre as nações e conflito. (GONDIM, 2007, p. 258)

Concomitantemente ao crescimento da pobreza, e a elitização de um grupo composto, em sua maioria, por estrangeiros, surge uma celeuma de problemas típicos das grandes capitais mundiais. Dentre os quais a prostituição deve ser relatada como um reflexo do processo civilizador vivido na capital. As mulheres desejadas eram aquelas ruivas ou loiras, possuidoras de traços europeus ou, no mínimo, europeizados. Até na promiscuidade semelhante a dos grandes centros a selva se assemelhava. Buscavam-se "as famosas 'polacas'

[7]Entre os anos de 1880 e 1910 (DAOU, 2004), viveu-se a *belle époque* amazônica. Estrelada pelos grandes exportadores da borracha, no mais das vezes europeus, sedentos pelos altos lucros gerados pela venda da matéria prima para pneus, sapatos e tudo mais que pudesse ser constituído pelo macio material, e pelos escravos da borracha, os nordestinos que, segundo Euclydes, trabalham para escravizar-se.

das zonas do meretrício, e as 'mademoselles' dos cafés cantantes daqueles tempos". (BRAGA, 1975*apud* SANTOS, 2006, p. 89)

O Amazonas tornou-se um centro de convívio onde coexistiam dois universos distintos, o dos financeiramente mais abastados, dentre os quais havia exportadores, juízes, altos funcionários do governo, seringalistas, oficiais de elevadas patentes e coronéis. E o universo da miséria, onde se encontravam os seringueiros e suas famílias, indígenas e descendentes que viviam na cidade, e as mulheres que compunham o "Baixo Meretrício" [12].

Conforme passa a conhecer desde a vida na Manaus transfigurada de súbito pelo colonizadores provenientes das grandes capitais nacionais e internacionais. Enxerga toda a estrutura de suporte e de financiamento daquela opulenta riqueza e analisa cotidiano dos amazonenses. Na carta novamente endereçada ao amigo, Domício da Gama, Euclides afirma:

> Quis chegar, observar e voltar, mas cheguei e parei. Estaquei à entrada de meu misterioso deserto do Purus; e, para maior infelicidade, depois de caminhar algumas três milhas, caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio européia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do yankee espigado (CUNHA, 2000, p. 371).

Parece claro, nesse trecho, o que se vivenciava na capital amazonense. O nativo passou a tomar para si todos os modos europeus, e as "tangas esfiapadas" contrastavam enormemente aos sapatos brancos dos ingleses que civilizavam a região.

As tentativas de tornar os índios réplicas dos colonizadores eram bastante comuns na época, isso se dava pelo simples fato de que os exploradores, munidos apenas de sua visão etnocêntrica, encaravam os selvagens habitantes daquele inferno verde como pagãos errantes que deviam ser catequizados e, sobretudo, educados segundo modos devidamente ocidentalizados. "As partidas democráticas, as missões apostólicas, as viagens governamentais [...] chegavam àqueles rincões solitários, e armavam [...] as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas, poliam as gentes; aformoseavam a terra." (CUNHA, 2000, p. 124)

Os eurocêntricos colonizadores seguiam à risca o que lhes era comum na sociedade europeia, as regras de higiene. Acreditava-se e incitava-se a crer que a higiene não só estava intimamente ligada a Igreja Católica, a representação divina na terra, como também dependia

[12] O grupo de meretrizes que não frequentava os encontros da alta sociedade, mas sim bares, praças, botequins, esquinas e casas de jogos direcionadas ao público menos abastado.

da benção cristã para de fato existir em meio aos homens. Emílio Achilles Monteverde, em 1865, justificou o pensamento da época embasando-se no Evangelho e apontando como força motriz da necessidade de "ajudar" o outro, através da educação, o trecho bíblico que diz, "Não faças a outrem o que não quiseras que te fizessem; faze-lhes o que quiseras que te fizessem". (*apud* FERREIRA, 2009, p. 7)

Fazia-se como tarefa obrigatória a transmissão de conceitos europeus relativos à higiene. Euclydes esclarece como isso se dava na Amazônia, e ressalta que a missão de educar o indígena era estritamente necessária.

Euclydes traz à tona a informação de que o emigrante ou colono são considerados importantes para o Estado, pois representavam de levar a sociedade civilizada à selva. A missão desse desbravador ia muito além da investigação cientifica, sua missão englobava um extremo esforço pessoal de se preparar para o clima úmido e quente. A visão do colonizador relativa à anti-higiene do índiofica explicita.

> Abra-se qualquer regulamento de higiene colonial. Ressaltam à mais breve leitura os esforços incomparáveis das modernas missões e o seu apostolado complexo que, ao revés das antigas, não visam arrebatar para a civilização a barbaria transfigurada, senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros. (CUNHA, 2000, p.149)

Os "manuais de higiene colonial", como já mencionado, eram as leis e regras de boa higiene e educação iniciadas pela produção de Rotterdam. Quanto a necessidade de "transplantar, integralmente a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros" esclarece-se mais ainda a ação civilizadora, que muito além de tornar um selvagem um bom homem, visava tornar o selvagem um homem europeu e refinado em seu próprio território nativo. Era uma questão de levar Paris à selva.

A Amazônia retratada romanticamente pelos escritores, viajantes e cientistas que se aventuravam a conhecer "uma natureza hostil aos homens civilizados, habitada por nativos extremamente primitivos, sem vida política ou cultural" (SOUZA, 2001, p. 102) era, letra a letra, substituída pela Amazônia euclidiana, que ao invés de reproduzir o paraíso encantado já estabelecido como o paradigma reproduzido por séculos, trouxe à tona nuances realísticas eamparadas por conceitos científicos. Conforme Gondim(2007), o autor, *a priori,* desconstrói a visão romanesca do Rio Amazonas, contraria e critica os idealizadores da Amazônia encantada, no entanto, posteriormente "engrossa o caudal dos cientistas que o

antecederam e que será, de uma forma ou de outra, fonte criadora de uma tradição estética no Amazonas".

Euclides pondera, também, acerca do conceito reproduzido, às turras, de que o indígena representa, mais do que tudo, o preguiçoso, bruto, dado aos pecados carnais.

> Em 1762, o bispo do Grão-Pará, aquele extraordinário Fr. João de São José- seráfico voltairiano que tinha no estilo os lampejos da pena de Antônio Vieira – depois de resenhar os homens e as cousas, "assentando que a raiz dos vícios da terra é a preguiça", resumiu os traços característicos dos habitantes, deste modo desalentador: - "lascívia, bebedice e furto". (CUNHA, 2000, p. 125)

O Frei João de São José foi um dos primeiros a registrar a ótica sob a qual muitos visitantes encaravam o nativo, e esse conceito foi reproduzido por diversos cientistas que, como o próprio Euclides escreveu logo em seguida a fala do bispo do Pará,sempre atribuíam aos indígenas as características de desmedidos consumidores de bebidas alcoólicas, dançarinos e a zombeteiros.

Salvas algumas definições, como as reproduzidas neste artigo, o autor de "Os Sertões" pouco se dedica às causas indígenas, e descarta-os como objeto de pesquisa logo nas primeiras páginas, assim como abandonou o interesse pela capital Manaus, que só é mencionada em pouquíssimas passagens. Euclides se interessa, sobretudo, pelas vítimas da exploração da borracha, os seringueiros.

A representação do nordestino escravizado pelos grandes seringalistas é o foco do texto "Judas Asvero" no qual conta-se a história da malhação de Judas, realizada em meio aos barracões dos seringais. O homem renegado às paragens mais distantes e isoladas, escravo de si mesmo, encontra uma válvula de escape para toda a opressão a qual é submetido durante anos, uma vingança que exorciza o sofrimento diário que sofre. Euclydes identifica, nesse ato de violência, uma autopunição pela ganância que os fez abandonar a terra natal e sonhar com a riqueza que a selva traria.

> Além disto, só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, maniatado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem – e este pecado é o seu próprio castigo, transmudando-lhe a vida numa interminável penitência. O que lhe resta a fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a, nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua. Ora, para fazer isso, a Igreja dá-lhe um emissário sinistro: Judas, e um único dia feliz: o sábado prefixo aos mais santos atentados, às balbúrdias confessáveis, à turbulência mística dos eleitos e à divinização da vingança. (CUNHA, 2001, p. 174-175)

O seringueiro faz-se de sua própria vítima, veste Judas com suas roupas, espanca-o, amaldiçoa-o e despacha-o destroçado em uma jangada que o levará para longe daquele rincão e "vêem o descer o rio, solitário em sua embarcação, e que o rejeitando, inconscientemente se rejeitam a si próprios, numa síntese dialética" (GONDIM, 2007, p. 278).

A tradição católica da malhação de Judas, o traidor, consiste em torturar um boneco de pano feito à imagem do apóstolo na Semana Santa, período que simboliza, para a crença cristã, o sacrifício e ressurreição de Jesus de Nazaré. Essa tradição nada tem de brasileira, ao contrário disto, foi criada em 325d.C. durante o Concílio Ecumênico de Nicéia (MENDES, 2007) e trazida por europeus para o país. Temos, então, através dos escritos uma demonstração da intercessão entre as culturas, sendo a brasileira a influenciada e a européia a influenciadora. É o processo civilizador dando mostras de sua presença, silenciosa, inofensiva e calcada na religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande obra "À marjem da história" permanece como um marco tanto da produção científica amazônica, quanto de documento do processo civilizador desencadeado na Amazônia brasileira em um período absolutamente decisivo para a nossa história. Desbrava-se, concomitantemente à leitura do livro, todo o universo histórico transmitido pelo autor, que alia à sua escrita, o olhar de cientista e literato. Sela-se com isso, conforme Chartier (2002, *apud* ZOUEIN, 2012, p.7), uma obra não restrita ao conteúdo ou ao significado prioristicamente pretenso pelo autor, mas suscetível às modificações concretas geradas pelo contexto do lugar a qual faz referência e que lhes adulteram com outros fatores. Pelo seu alto grau de complexidade e profundidade, a obra "À marjem da história" é objeto de pesquisa desde sua publicação, em 1909, logo, há de se compreender que qualquer pesquisa que tenha tal livro como objeto de análise tenderá a se delongar em demasia e ainda sob o risco de se trilhar um caminho marcado por diversas lacunas.

A produção jornalística de Euclydes da Cunha é imensurável pelo valor de documento histórico do que foi vivido na Amazônia, e do caminhar do desenvolvimento do jornalismo cientifico brasileiro, que sem tal patrono ainda estaria a principiar-se. Pode-se concluir, de acordo com a perspectiva adotada para a análise e através do jornalismo científico praticado por Euclydes que o paraíso amazônico, exaltado por tantos escritores e cientistas, foi sobreposto pelas intensas e constantes investidas civilizadoras que descaracterizaram grande parte da cultura nativa de toda a Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido**: **reunião de ensaios amazônicos**. Brasília, Senado Federal, 2000.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes.** 2. Ed Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v I.

FERREIRA, António Gomes. **Educação e regras de convivência e bom comportamento nos séculos XVIII e XIX.** 2009, disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/489.pdf>.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia.** 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 14ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIMA, Lara Viviane Silva de. **Jornalismo de precisão e jornalismo científico: estudo da aplicabilidade**. 2000, disponível em <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78187/152080.pdf?sequence=1>. Acessado em 13 de março de 2013.

MENDES, Ana Regina Moura. **A malhação do Judas: rito e identidade.** 2007, disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/mendes-andreia-a-malhacao-do-judas-rito-e-identidade.pdf>. Acessado em 03 de julho de 2013.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo?** 9ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: Subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2001.

ZOUEIN, Maurício Elias. **O paraíso que perdemos: o processo civilizador na Amazônia de Euclides da Cunha.** 2012. Texto inédito.